

O PODER DOS SABERES FEMININOS NA AGROECOLOGIA: PATRIARCADO E VIOLÊNCIAS

*THE POWER OF WOMEN'S KNOWLEDGE IN AGROECOLOGY: BACKYARDS AS SPACES FOR
THE REPRODUCTION OF LIFE*

Thais Brito Chacon

Universidade Estadual de Roraima/UERR

Thiago José Costa Alves

Universidade Estadual de Roraima/UERR

<https://orcid.org/0000-0003-2954-3941>

Bernard José Pereira Alves

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/IFRR

RESUMO: Não há como negar que a organização patriarcal alocou o papel feminino à subalternidade masculina, não só se apropriando de seus corpos, mas também a incumbindo de reproduzir o patriarcado através do ensinamento aos filhos. Assim, o machismo tem se tornado uma arma poderosa contra a mulher promovendo mecanismos violentos para mantê-las sob a égide patriarcal. Por conseguinte, este estudo preocupou-se em compreender a hostilidade do patriarcado por intermédio da oralidade feminina, mediante o relato de quatro interlocutoras, postas na zona urbana de Boa Vista-RR. Por tanto, este trabalho propõe identificar os saberes agroecológicos para compreender os processos complexos relacionados às suas vivências, identificando as relações de patriarcado e violência existentes nos saberes femininos.

Palavras-chave: saberes agroecológicos femininos, patriarcado, machismo, vivências femininas.

ABSTRACT: There is no denying that the patriarchal organization allocated the female role to male subalternity, not only appropriating their bodies, but also tasking them with reproducing patriarchy through teaching their children. Thus, machismo has become a powerful weapon against the woman promoting violent mechanisms to keep them under the patriarchal aegis. Therefore, this study was concerned with understanding the hostility of the patriarchy through the female orality, through the report of four interlocutors, located in the urban area of Boa Vista-RR. Therefore, this work proposes to identify agroecological knowledge to understand the complex processes related to their experiences, identifying the relationships of patriarchy and violence existing in women's knowledge.

Keywords: agroecological knowledge, patriarchy, machismo, female experiences.

INTRODUÇÃO

O sistema patriarcal ocasionou mudanças na relação social entre homens e mulheres, semeando diferenças entre os sexos, resultando na construção social dos papéis de gêneros, ficando a cargo

do homem a atribuição de comandar. Neste sentido, corrobora-se com Lerner (2019, p.49) o qual relaciona os atributos do sexo a fatores biológicos, enquanto a construção de gênero é um produto do processo histórico.

A instauração desse sistema que privilegia a figura masculina foi gradual, contudo, conseguiu enraizar-se e sobreviver aos dias atuais. Portanto, o patriarcado estruturou-se a partir de comportamentos e ações contra a figura feminina em prol do controle masculino, sendo este mecanismo de reprodução reconhecido como machismo.

Por sua vez, o machismo torna-se uma arma poderosa contra a mulher promovendo mecanismos violentos para mantê-las sob a égide do patriarcado. Portanto, a hostilidade emerge desde a naturalização da inferioridade feminina explicada pelo seu fator biológico até a permanência secular de um plano econômico de pobreza feminina. Está relação aparece por meio da intimidação psicológica, dos ataques físicos e sexuais, assim como do racismo empregado a mulheres pretas e seus saberes ancestrais.

Com o intuito de refletir sobre a temática proposta, este capítulo intui discutir sobre o patriarcado e a colocação da mulher na sociedade, assim como, as violências que o contexto social patriarcal imprime à figura feminina, e, por último, propõe-se transmitir as violências e experiências de cada personagem, retratando suas dores, suas lutas, os preconceitos vividos com o fito de evidenciar as relações de patriarcado e violência existentes nos saberes femininos.

MATERIAL E MÉTODO

CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

O estado de Roraima está localizado no extremo norte do Brasil, conforme Atlas Escolar Geográfico de Roraima (2020), limita-se a leste e nordeste com a República Cooperativa da Guiana, ao norte e a noroeste com a República Bolivariana da Venezuela, e ainda com dois estados brasileiros, a sudeste com o Pará e ao sul e oeste com o Amazonas. Quanto a suas características de vegetação, Roraima faz parte da região Amazônica e possui uma vasta biodiversidade. Segundo o Atlas Escolar Geográfico de Roraima (2020), sua unidade fitogeográfica é formada por floresta, savana e campinarana, tendo vegetação de transição entre as feições savanas e florestas; e campinaranas e florestas.

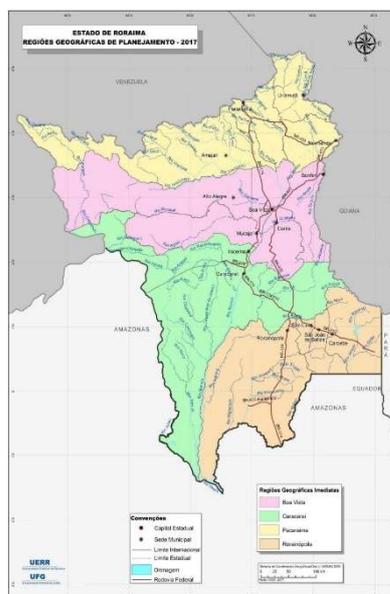
A cidade de Boa Vista é a capital de Roraima e um de seus 15 (quinze) municípios. Segundo o IBGE (2021), esta capital possui uma população estimada de 436.591 habitantes, sendo a cidade mais populosa do estado, como também, é a sede da região metropolitana de Boa Vista, de acordo com lei complementar municipal Nº 229 de 09 de dezembro de 2014, abrangendo, os municípios de de Alto Alegre, Bonfim, Cantá e Mucajaí, como mostra a área em destaque na cor rosa no mapa de Roraima (figura 1).

Boa Vista está dividida em 4 (quatro) zonas: Zona Norte e Sul, Leste e Oeste, possuindo a zona Leste o maior quantitativo de bairros existentes na cidade (figura 2).

Para tanto, o estudo considerou para área de pesquisa a Região Metropolitana de Boa Vista, RR. Com o fim de abarcar dois bairros da cidade de Boa Vista, sendo um localizado no centro, às margens do Rio Branco e outro situado na zona Leste. Além disso, inclui-se nesta área um bairro do município do Cantá, denominado Santa Cecília.

O bairro Santa Cecília, apesar de situar-se em outro município, não exige para seu acesso que se percorra uma longa distância partindo de Boa Vista. A BR 174 é a via que liga a cidade Boa Vista ao bairro, e o trajeto dura cerca de 15 (quinze) minutos.

Figura 1 - Mapa do Estado de Roraima: regiões geográficas de planejamento



Fonte: Atlas Escolar geográfico de Roraima, 2020.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE CAMPO

O desenho da pesquisa foi constituído a partir de estudo de múltiplos casos integrados (YIN, 2015, p. 70), onde a unidade de análise são mulheres detentoras de quintais urbanos na região metropolitana de Boa Vista, RR, limitando às áreas já descritas anteriormente. Portanto, intuiu-se descrever os saberes e as práticas agroecológicas de cada interlocutor por intermédio da oralidade e de compreender os processos complexos relacionados às suas vivências, identificando seus saberes ancestrais.

Para a constituição desta pesquisa definiu-se alguns critérios, dos quais levou-se em consideração a entrevista com mulheres que utilizam seus quintais para plantar ervas, e/ou frutas, e/ou verduras, e/ou criar animais e aplicar saberes sustentáveis. Contudo, o principal critério para definir a entrevistada é ser maior de dezoito anos e possuir um terreno ao redor da casa aproveitado para práticas agroecológicas. Este estudo teve a preocupação com os pressupostos éticos para constituição da pesquisa, sendo eles: a) Registro de consentimento livre e esclarecido (Resolução 510/16, os quais alertaram para a natureza do estudo); b) Termo de confidencialidade, garantindo a proteção dos participantes da pesquisa, não expondo seus nomes, a fim de preservar sua privacidade, assim como, de qualquer informação por eles prestada e c) Declaração de Compromisso, onde comprometo-me a desenvolver essa pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa, na Plataforma Brasil. Com efeito, esta pesquisa passou por apreciação e aprovação do Comitê de Ética sob o número 5.734.114.

Como estratégia de designação das mulheres informantes usou-se a seleção em rede, metodologicamente, reconhecida como Bola de Neve que “[...] é uma técnica de amostragem que se utiliza de redes de referência, por isso, torna-se apropriada para pesquisas com grupos de difícil acesso ou até mesmo quando se trata de temas mais privados” (BOCKORNI e GOMES, 2021, p. 105). Deste modo, o estudo contou com 4 mulheres, sendo 1 (uma) informante-chave que inicialmente indicou duas novas interlocutoras, das quais indicaram outras. Contudo, no decorrer do processo em campo, das últimas indicadas agregou-se somente mais 1 (uma) informante. Essa estratégia de seleção de sujeitos pode ser entendida como “[...] uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência [e] torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados” (VINUTO, 2014, p. 203).

Assim sendo, o estudo almejou evidenciar os saberes das mulheres, partindo da história de vida de quatro interlocutoras por intermédio de seus depoimentos subjetivos sobre suas práticas agroecológicas e sua percepção da sociedade, para então, tentar responder as indagações desta investigação

e cumprir os objetivos propostos. Assim, o estudo utilizou a perspectiva de Muñoz (2002), a qual defende que o objetivo da história de vida é mostrar o depoimento subjetivo de pessoas, com o intuito de reunir tanto os acontecimentos como as opiniões que essas fazem de sua própria existência.

A estratégia metodológica de campo desta investigação, sucedeu-se, primeiramente, com a aproximação com a informante-chave, sem objetivo pré-definido, para observações diretas. A partir do resultado dessa primeira etapa, entendeu e delineou-se as formas de abordagem das etapas seguintes. Após a aproximação com a estrutura de análise, foram executadas observações diretas extensivas com aplicações de entrevistas em profundidade centrada na história de vida das mulheres pesquisadas. Para Goldenberg (2011, p. 27) a técnica metodológica da observação direta associada a entrevista em profundidade “[...] revela o significado daquelas situações para os indivíduos, que sempre é mais amplo do que aquilo que aparece em um questionário padronizado”.

O campo desdobrou-se partindo de histórias de vidas múltiplas das interlocutoras. Para isso, utilizou-se de aparelho celular para gravar em formato de áudio as entrevistas, bem como caderno de campo, para anotar pontos não detectados pelo gravador. Ademais, a entrevista com roteiro prévio foi organizada a partir dos seguintes pontos: historicidade e ancestralidade, a mulher nos agrossistemas, e a história de suas vivências e de seus quintais. Nessa fase, as entrevistas foram organizadas sem a rigidez de um roteiro com perguntas abertas para permitir uma maior aproximação com as entrevistadas, pois segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 106) na entrevista não estruturada “[...] o investigador pode explorar mais amplamente algumas questões, [possuindo] mais liberdade para desenvolver a entrevista em qualquer direção”. Em suma, esse método oportunizou trabalhar e destacar a oralidade com as informantes, permitindo acessar suas memórias e saberes com espontaneidade, por isso justificou-se a entrevista não estruturada.

RESULTADO E DISCUSSÃO

O PATRIARCADO E A MULHER

Ao analisar a posição social da mulher sobre o prisma atual, é possível encontrar discursos socialmente aceitos e reproduzidos direcionados à objetificação da figura feminina, aos quais resignam-nas à submissão masculina e as atividades domésticas. Para exemplificar, emerge a frase: “Bela, recatada e do

lar! ” Título da Revista Veja no ano de 2016, os adjetivos vinculavam-se à imagem da primeira-dama da época, como mulher exemplar, destacando sua pouca fala e suas vestes discretas.

A representação estabelecida ao gênero feminino é normalizada e defendida, também, por mulheres que, por vezes, precisam trabalhar três turnos para cumprir suas atribuições: exercer uma atividade remunerada, gerenciar a casa e cuidar dos filhos. Mota-Santos, Azevedo e Lima-Souza (2021) por meios das análises concluíram a respeito da tripla jornada exercida pelas mulheres:

[...] ainda é marcada por questões culturais relacionadas ao gênero e reforçadas por elas mesmas, que se sentem mais responsáveis pelos cuidados com os filhos e pelas tarefas domésticas que os companheiros e relativizam, e até enaltecem, qualquer participação deles nestas atividades (MOTA-SANTOS, AZEVEDO, LIMA-SOUSA, 2021, p. 119).

Ainda, segundo IBGE (2020) as mulheres se dedicam, semanalmente, cerca de 10 (dez) horas a mais que os homens aos afazeres domésticos ou de cuidar de pessoas. Assim, é possível perceber que as bases desse sistema social que privilegia o homem e, por conseguinte, atuam contra a figura feminina, é reflexo de um processo histórico, que se regula na ideia da desigualdade de gênero, elegendo o “macho” como naturalmente superior à “fêmea”. O pensamento que designa o homem como o sexo mais forte desenvolve-se ao longo da convivência humana coletiva e se compõem de maneiras próprias nas diversas sociedades.

Existem discordâncias quanto ao estabelecimento das sociedades patriarcais e o início da objetificação dos corpos femininos. Para Lerner (2019, p. 289), por exemplo, “[...] o patriarcado aparece no estado arcaico”. A autora ainda ressalta que os corpos femininos já eram usados como objeto de troca na pré-história, precisamente no período Neolítico, quando se desenvolve a agricultura, sendo comum a “troca de mulheres” para evitar conflitos e aumentar o quantitativo de pessoas através da capacidade de procriação.

Por sua vez, Federici (2017) compreende a transição do feudalismo para o capitalismo como período de intensificação da exploração e objetificação dos corpos femininos por intervenção da instauração de um novo patriarcado. O viés de análise desta autora estabelece o entendimento do capital primitivo focando nas transformações sociais das mulheres e na produção de sua força de trabalho, destacando três fenômenos importantes para a acumulação capitalista:

[...] i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores (FEDERICI, 2017, p. 26).

Por outro lado, na concepção de Romefild (2015, p. 2018) “[...] não se pode eleger um momento histórico exato no qual as sociedades passaram a ser patriarcais, a transição foi lenta e gradual”. Não obstante, torna-se relevante acessar a trajetória social de gênero para compreender o lugar da mulher ao longo da evolução social que refletem no estabelecimento e perpetuação do patriarcado e do machismo na sociedade atual.

Antes da disposição social que estabelece privilégio ao gênero masculino, os agrupamentos primitivos estavam organizados em torno da mulher. Conforme Balbinotti (2018) as primeiras espécies humanas a habitar o planeta sobreviviam da caça de animais de pequeno porte e da coleta de alimentos, essas tarefas eram distribuídas entre os sexos, porém a elas não se empregavam valores distintos. E ainda, estes grupos estavam estruturados no matricentrismo, ou seja, as mulheres tinham papel primordial na organização coletiva.

Neste sentido, Romefild (2018) explica que nessas sociedades primitivas não existia dominação entre os sexos e a maternidade era vista como algo divino, sendo um privilégio a capacidade de gerar uma vida humana. Este autor também reforça o papel de destaque da mulher nesta estrutura social, ressaltando que elas eram responsáveis pela fonte mais segura de alimentos, pois colhiam os vegetais e mais tarde foram responsáveis pela domesticação de animais e descobrimento da agricultura.

Como resultado, os grupos que antes nômades, agora passam a fixasse em um determinado espaço formando as sociedades sedentárias, e para Balbinotti (2018) este é o ponto inicial de transformação para sociedades patriarcais, as quais “[...] não se refere apenas a uma forma de família baseada no parentesco masculino e no poder paterno. O termo designa também toda a estrutura social que nasça do poder do pai” (BALBINOTTI, 2018, p.242).

O sedentarismo social concebe o patriarcado a partir do reconhecimento do papel sexual e reprodutivo dos corpos femininos pelos homens. Para Ribeiro (2021, p. 5) esta relação resultou numa derivação histórica de escravização humana, pois nas sociedades antigas:

[...] muitas mulheres escravizadas foram utilizadas como concubinas, pois assim poderiam ser integradas às famílias de seus captores, garantindo a estes não apenas seus serviços domésticos, mas também os sexuais e reprodutivos com a procriação de filhos (as), preferencialmente homens, caso as esposas não pudessem oferecer essa descendência, o que era previsto nas leis antigas (RIBEIRO, 2021, p. 5).

Desta forma, é possível ponderar ao menos dois fatores determinantes para a situação da mulher na instauração do patriarcado, o monoteísmo e a família monogâmica. O primeiro fator, é responsável por retirar a posição de divindade feminina para a submissão a um Deus único, sendo a igreja cristã e a Bíblia ferramentas propulsoras da materialização deste reordenamento social. Ribeiro (2021, p. 5) afirma que as narrativas bíblicas foram responsáveis por reforçar o sistema patriarcal e que “diante da reestruturação do sistema religioso [as mulheres] perderam não apenas espaço para o Deus único como também o direito de o cultuar e permaneceram assim por muito tempo”.

O segundo fator mencionado, emerge como condição primordial de prevalência masculina sobre os corpos femininos com o intuito de proteger seu patrimônio, como bem ressalta Lener (2019, p. 47):

[...] uma vez adquirida tal propriedade privada, os homens buscaram garanti-la para eles e seus herdeiros; para isso, instituíram a família monogâmica. Controlando a sexualidade das mulheres com a exigência da virgindade pré-nupcial e a determinação do duplo padrão de julgamento sexual no casamento, os homens garantiram a legitimidade da prole, assegurando, assim, seu direito à propriedade.

Por consequência, a mulher tinha sua sexualidade controlada e ainda, segundo Balbinotti (2018, p. 242) a monogamia obriga-a “a sair virgem das mãos do pai para o marido”, reduzindo a mesma ao âmbito doméstico. Portanto, Romefild (2018, p. 219) completa que “[...] o patriarcado transforma os laços afetivos em relações de poder, as quais se consolidam na família monogâmica”.

Nesse contexto, não há como negar que a organização patriarcal alocou o papel feminino à subalternidade masculina, não só se apropriando de seus corpos, mas também a incumbindo de reproduzir o patriarcado através do ensinamento aos filhos. Logo, emerge uma fragmentação entre os gêneros em diversas sociedades, aos quais, Balbinotti (2018) menciona que ao homem ficou a cargo dos espaços públicos e os lugares de destaque e à mulher ao espaço privado, para cuidar dos afazeres domésticos e da educação familiar, de tal forma que “[i]mperava uma persistente tradição intelectual que apontava a

dicotomia homem/cultura e mulher/natureza marcada por estereótipos, preconceitos e hierarquia de valores” (Balbinotti, 2018, p.244).

Por volta do século XVI, período que a sociedade já enfrentava um momento de transição socioeconômica¹, instituiu-se um novo patriarcado que funda um plano de perseguição contra as mulheres, a caça às bruxas. De acordo com Federici (2017, p. 30):

[...] a caça às bruxas buscou destruir o controle que as mulheres haviam exercido sobre sua função reprodutiva e serviu para preparar o terreno para o desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressor. Defende-se também que a caça às bruxas tinha raízes nas transformações sociais que acompanharam o surgimento do capitalismo.

Em suma, as bruxas eram mulheres que ousaram desafiar a estrutura econômica de poder ainda frágil, de tal forma que foram caçadas, massacradas e taxadas de loucas ou pervertidas para justificar sua execução. Dessa maneira, as mulheres, outrora perseguidas, continuaram desacreditadas ou culpabilizadas no retrato histórico, em geral, construído por homens. Balbinotti (2018, p. 245) reitera que esse plano violento de perseguição às mulheres dar-se porque estas “[...] eram vistas especialmente por sua sensualidade e como ameaça ao poder médico, porque desde a mais remota antiguidade, eram as curadoras populares, as parteiras e em algumas tribos primitivas eram os xamãs”.

Por sua vez, Romefild (2018, p. 219) defende que apesar desta tese ser criticada por seu viés “economicista”, ela não pode ser desprezada pois ainda vivemos em uma sociedade capitalista “que se apropria do patriarcado e seu modelo de família monogâmica” (idem). Por certo, a transição do feudalismo para o capitalismo atingiu o camponês, seja modificando sua estrutura familiar através da divisão do trabalho, seja expulsando-o da terra. Não obstante, a mulher foi a figura atingida com mais contundência pelo capitalismo, sendo violentada, objetificada e invisibilizada. As marcas deixadas pela caça às bruxas na Idade Média reverberam na sociedade até os dias atuais, de modo que as mulheres que em outros tempos facilmente iriam para a fogueira, ainda hoje são amordaçadas e subjugadas.

Nesta direção, reconhece-se que foi a partir desse novo patriarcado que se iniciou um plano de pobreza feminina que ecoa atualmente. Para Romefild (2018) a interação entre o capitalismo e o

¹ É marcada por uma transição entre o sistema feudal para o sistema capitalista. Segundo Ferla e Andrade (2007, p. 1) descreve que “a transição do feudalismo para o capitalismo ocorreu sob o esfacelamento das instituições medievais que entravam em uma profunda crise com as mudanças ocorridas a partir do século XI.”

patriarcado situa a mulher numa relação de dupla submissão, resultando no seu papel de desvantagem social, vulneráveis a todo tipo de violências, e ainda posta a desigualdade econômica, as quais representam cerca de dois terços das pessoas pobres no planeta.

No Brasil, a organização do sistema patriarcado não difere do estabelecido no mundo ocidental, mas cabe mencionar impactos específicos fixados à cultura brasileira. Inicialmente, no Brasil colonial, a monogamia é estabelecida socialmente para a mulher, com a finalidade, também, de garantir a continuidade de sua prole e a legitimidade da herança, porém o marido ter outras mulheres não era algo condenável. De acordo com Follador (2009):

[...] no período colonial as mulheres não podiam frequentar escolas, ficando dessa forma excluídas do âmbito da educação formal, destinada apenas aos homens. Em contrapartida eram treinadas para uma vida reclusa, onde o casamento, a administração da casa, a criação dos filhos eram seus maiores deveres, além de ter que tolerar as relações extra-matrimoniais dos maridos com as escravas (FOLLADOR, 2009, p. 8).

A ideia de mulher demonizada, composta de luxúria e maldade as quais se caçava na Europa, também chega no novo mundo, como Federici (2017, p. 357) relata que “[...] a caça às bruxas e as acusações de adoração ao demônio foram levadas à Américas[...]”. Contudo, essa natureza diabólica feminina, quando seguia o molde “cristã recatada” e “do lar” se santifica, por outro lado, “[a]quelas que transgredissem o modelo “esposa-mãe-dona-decasa-assexuada” eram consideradas desviantes do perfil, do papel social, que a sociedade espera” (FOLLADOR, 2009, p. 7).

Ainda no Brasil Colônia, o conhecimento da mulher era restrito às atividades domésticas, para não questionar a condição estabelecida pelo domínio masculino. Follador (2009, p. 9) destaca que “[...] a mulher ideal era aquela que sabia pouco ou sabia nada”.

Por certo, a divisão de classe também afeta o modo de apontar a figura feminina pelo patriarcado brasileiro. Follador (2009) propõe três classificações: a mulher honrada, dessorada e sem honra, dado que as mulheres brancas ricas partilham do pressuposto ideal para a mulher exemplar, “deveriam exaltar as virtudes de uma vida recatada e submissa ao poder masculino, ora do pai, ora do marido” (FOLLADOR, 2009, p. 10). Estas eram desonradas se cometesse algum ato de desobediência social, como por exemplo, perder a virgindade antes do casamento. Já as negras eram inversamente julgadas, sendo

imediatamente consideradas sem honra, assim como as prostitutas, e às mulheres brancas pobres davam-se o benefício da dúvida.

O fim da colonização também trouxe mudanças na liberdade da mulher branca da elite, elas “passaram a frequentar os espaços públicos, como as ruas, os teatros, os bailes e os salões de beleza” (FOLLADOR, 2009, p. 11). Mas somente no século XIX, passaram a receber educação, sendo ainda privilégio da mulher da elite. Follador (2009) relata:

[...] o século XIX trouxe mudanças, que, na verdade, não se estenderam a todas as mulheres, pois as mais beneficiadas foram àquelas ligadas à elite. As mudanças foram verificadas no que se refere a uma maior liberdade para frequentar locais públicos e em um maior acesso à educação, uma vez que, agora lhes era permitido e esperado que soubessem ler e escrever. Para as mulheres das camadas inferiores pouca coisa mudou nesse século (FOLLADOR, 2009, p. 14).

Por fim, é necessário entender que o patriarcado brasileiro, assim como no mundo ocidental, não somente se estabeleceu a partir de bases sexistas, como também se estruturou no racismo. Os corpos femininos foram de toda forma subjugados e objetificados para servir ao homem, os autorizando a empregar toda violência a mulher sob a certeza da impunidade, principalmente, aos corpos de mulheres negras.

AS VIOLÊNCIAS CONSTRUÍDAS PELO PATRIARCADO

Os atos violentos inferidos aos corpos femininos apresentam-se de várias maneiras em todo o mundo Ocidental. Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU (2021) os números referentes às agressões físicas e sexuais sofridas por mulheres permanecem inalteradas a décadas, onde uma em cada três mulheres é submetida a esses tipos de ataques.

Essa realidade feminina, sem dúvida, é resultado da instituição da cultura patriarcal, que desde então colocou a mulher como alvo, justificando sua fragilidade biológica. Balbinotti (2018) destaca o machismo como uma ideologia propulsora do discurso de dominação masculino, e assim, tornando-se ferramenta determinante para propagar a ideia de que o homem é naturalmente capaz de governar e controlar os espaços públicos, estando as mulheres subordinadas a eles, no espaço privado.

Desta Maneira, tal construção cultural incumbiu ao homem o papel nato de chefe, articulador, comandante de guerra que dentro das relações conjugais se “[...] considera normal o masculino como a

posição do ‘macho social’, com atitudes e relações violentas justificadas como ‘atos corretivos’” (Balbinotti, 2018, p. 249). Buscando elucidar o que envolve a violência contra a mulher, faz-se necessário compreender os conceitos inerentes a violência. Logo, Teles e Melo (2002, p. 7) diz que a violência é o:

[...] uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano.

Para tanto, quando estas agressões são analisadas reconhecendo somente o gênero feminino, os números inquietam, em especial no âmbito privado. Por isso, concordando com Cunha (2014, p. 150), entende-se que:

[...] o conceito de “violência contra a mulher” não significa uma simples oposição a “violência contra o homem” – expressão que soa estranha justamente por não se querer estabelecer polos. Ao se falar em “violência contra a mulher” pretende-se, na realidade, remeter às relações patriarcais de gênero e a desproporcionalidade que elas estabelecem na relação de convívio, identidade e sexualidade entre os sexos.

Nesse sentido, a mulher vive marcas de violências ainda mais profundas, que são percebidas quando mergulhamos no seio familiar. Ainda hoje, sejam por homens que buscam reafirmar sua masculinidade sob falácias da incapacidade de seu cônjuge ou definindo a roupa que esta deve usar, sejam por pais que tolhem a liberdade de suas filhas, ou perpetuam o tabu da virgindade, ou praticando abusos sexuais, o corpo feminino é constantemente violentado. Conforme Lima, Büchele e Clímaco (2008, p. 70), a violência contra a mulher é um problema de saúde pública e persiste em todos os países do mundo.

No Brasil, a hostilidade designada ao sexo feminino estava respalda em por lei até o século XIX. Colling (2020) relata que o patriarcado no Brasil foi efetivado por legislações herdadas da Europa em que conferiam aos homens poderes absolutos sobre as mulheres. Como exemplo, a autora cita um “[...] código publicado em 1603, que facultava ao marido assassinar a esposa surpreendida em adultério, permitindo-lhe, ainda, matar o amante, salvo se este fosse de categoria social superior à sua” (COLLING, 2020, p. 175).

Modificar os mecanismos estatais brasileiros a favor da mulher foi um processo lento, e mesmo, hoje, com leis de proteção à mulher, como a Lei Maria da Penha, o número de vítimas da violência

masculina é alto e elas enfrentam dificuldades para se fazer cumprir. Segundo a ONU, Mulher (2016, p. 15) “apesar do avanço que essa legislação representa para o país, sua aplicação tem ocorrido em contextos sociais e políticos adversos, o que significa que ainda permanecem muitos obstáculos para o acesso das mulheres à justiça”.

Se encontramos dados alarmantes na generalidade, quando seccionamos desta estrutura as mulheres negras, essas violências se intensificam. Para Cunha (2014, p. 157) os próprios mecanismos governamentais contribuem para esse resultado, pois:

[...] o direito aparentemente ignora esta relação de dominação-subordinação ao omitir-se diante da violência contra a mulher, culpabilizando as vítimas de violência sexual, abstendo-se de intervir no ambiente privado, fechando os olhos para a prostituição feminina e a exploração sexual, permitindo a hiper-sexualização dos corpos das mulheres negras, ignorando a desvalorização do trabalho feminino. Não há que se iludir, o sistema jurídico está, na realidade, a legitimar a ordem patriarcado-racismo-capitalismo.

Não há como negar que o patriarcado brasileiro arraigou-se subjugando as mulheres, nessa relação posicionou a mulher preta na base da pirâmide social. Gonzalez (2020) corrobora com sob esta afirmativa, pois afirma que a mulher negra se situa ante ao duplo fenômeno racismo e sexismo que se constitui ante a neurose cultural brasileira. A autora acrescenta que esta articulação entre o racismo e o sexismo “[...] produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZALEZ, 2020, p.76), e reitera que “a mulher negra sofre uma discriminação tríplice: social, racial e sexual. A questão racial está ligada diretamente ao feminismo, e a mulher negra é o setor mais oprimido da sociedade” (GONZALEZ, 2020, p. 298).

Portanto, é necessário resgatar as mulheres da estrutura que lhes aprisiona, dando voz às bruxas que outrora foram invisibilizadas e reprimidas pelo sistema patriarcal ainda em voga, deste modo, contribuindo para quebrar as estruturas sexistas e racistas entranhadas na sociedade por séculos.

TRANSMITINDO A HOSTILIDADE DO PATRIARCADO POR MEIO DA ORALIDADE FEMININA

Ao compreender os aspectos da hostilidade patriarcal levantados por diversas estudiosas feministas, foi possível identificar o machismo agindo na vivência de cada uma das interlocutoras deste

estudo. Então, inicialmente, buscou-se saber a posição produtiva exercida por elas, objetivando entender a maneira que estas estavam alocadas na configuração social e familiar.

Assim sendo, Dona Mariana, nossa informante-chave, é funcionária pública aposentada, com formação em gestão pública e provedora de sua casa, onde reside sozinha. Já Dona Oyá é chefe de família, criou três filhos após a separação, além do mais, administra uma casa de Candomblé, sendo a pessoa mais importante do lugar, conhecida como *lyálorixá*. Por sua vez, Dona Durga se mostrou, na dinâmica familiar, ser a figura mais importante, contudo, há um compartilhamento das tarefas domésticas e comerciais² entre ela, o marido e o filho. Por fim, Dona Yara, assim como Durga, parece ser a personagem que comanda dentro do espaço familiar e comercial³, em seus relatos surge a relação de comando aos funcionários e de estar a frente do restaurante com ajuda do marido.

[...]eu gosto das coisas certas, gosto da minha cozinha limpa, eu gosto das minhas panelas para passar batom. [...] E eu ensino as pessoas a trabalhar, a cortar do jeito certo as verduras! (D. Y., 2022, *Município de Boa Vista*).

Com isso, o papel desempenhado por essas mulheres segue em contraposição da concepção fixada pelo patriarcado em muitos dos aspectos definidos à mulher "ideal", demonstrando a potência de cada uma delas. Dona Mariana, por exemplo, não se casou e se mostra autossuficiente no âmbito profissional e pessoal. E mesmo Dona Yara exercendo atividades consideradas "do lar", como cozinhar, ela administra o restaurante da família e tem uma personalidade de dominância.

Sob mesmo viés de oposição ao sistema em voga, Dona Mariana ressalta a atitude reproduzida por sua mãe em face a seu posicionamento:

[...] minha mãe era racista, pobre, mas seus valores era a riqueza. Mas aí, ok! Eram os valores dela, não adianta você bater de frente! [...] quando eu era adolescente eu dizia; eu nunca quis casar, né?!; aí, quando eu era adolescente eu disse: "Olha, eu vou ter um filho com um negro, porque ai vai ser aquela criança linda, com os cabelos cacheados", mas era provocação, né!?! (Risos). (D. M., 2022, *Município do Cantá*).

Neste relato, Mariana descreve a reação de espanto da família ao ouvir suas provocações, e este relato corrobora para entender que, desde sempre, seu posicionamento estava contraposto ao familiar, estando este último, por sua vez, calcado na posição definida pela estrutura patriarcal. Dona Mariana, se

² Eles possuem uma microempresa de produtos veganos.

³ A família possui um restaurante.

define como uma mulher rural, trazendo a sua experimentação mais pujante de violência, a expulsão do campo, quando adolescente:

[...] a soja tem esse símbolo de destruição para mim, de destruição do meu mundo perfeito, do meu campo, da serenidade, generosidade, porque é isso que eu vejo muito na agricultura familiar, a reciprocidade, a troca [...], eu sou rural! (D. M., 2022, *Município do Cantá*).

É possível evidenciar ainda, a brutalidade do capitalismo como fator de expulsão do campesino, sendo mais importante a Terra, como propriedade e produção da monocultura do que a relação de topofilia⁴ estabelecia nela, como pode-se perceber na menção de Mariana “do mundo perfeito” sendo destruído. Trata-se de um elo que abarca a exploração da terra em pró do capital, por sua vez, estando sob o domínio do homem branco, por conseguinte, a ele é concedido todos os dispositivos necessários para a manutenção dessa estrutura. Assim, Mariana considera vítima da violência:

[...] porque *tu tira*; olha, [...], a gente produzia tudo que comia, né?! Tudo que a gente consumia estava ali, né!? E o que eu falava também do rural, da solidariedade, da reciprocidade. Tinha uma coisa que se *tu matava* um porco, as costelas eram divididas em quatro pedaços, e iam para os vizinhos mais próximos. [...] chegava lá *tu tinha* uma carne fresca, daqui uns dias era tu que recebia. Então assim, tu *perde* isso quando chega no aglomerado, cada um no seu e olhe lá, né!? E com o tempo, depois, as pessoas já estavam comprando as coisas que elas produziam, [...] porque até o pequeno *foi começando* a produzir soja, porque era o que dava dinheiro. Isso é uma violência, isso é tirar a soberania de um povo. Porque *tu tira*! É o que fazem hoje, se *tu tira* a língua de um povo, que reza naquela língua e o que ele reza não pode ser registrado, não pode escrever! Um mestre me disse: _ “*A gente não pode escrever a nossa reza, porque se o papel vai para ai, alguém usa para se limpar, por exemplo!*”. E tu tira a reza, *tu tira* a identidade, a essência! Aí pronto! [...] Então assim, é violência, violência deliberada! É violência estruturada e planejada! (D. M., 2022, *Município do Cantá*).

A relação violência-campo-patriarcado emerge ainda no relato de Dona Yara:

[...] eles eram donos de fazenda! Ah! Pelo que eu sei foi passado para trás! Um marido de uma tia minha, que era mais esperto, era advogado. Minha avó, quando meu avô morreu, ele ficou sendo o administrador e tomou! Ficou para ele! Entendeu? Aí, a minhas tias, moravam em internato, estudavam, voltou tudo para Belém e ficou morando tudo junto! (D. Y., 2022, *Município de Boa Vista*).

A Dona Yara, narra que quando o patriarca da família, seu avô, faleceu, o marido de sua tia assumiu a fazenda, ou seja, mesmo ele não tendo parentesco consanguíneo passou a administrar o único

⁴ A topofilia é um termo tratado na geografia. Para Tuan (2012, p. 17) “topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal”.

bem da família composta por mulheres. Desta forma, esta figura masculina usurpa esse patrimônio familiar, mudando a estrutura econômica dessas mulheres. À vista disso, mais uma vez o sistema patriarcal manifesta-se, revelando sua face sexista e de poder, posicionando a mulher na subalternidade e submetendo-a à pobreza, expondo a desproporcionalidade estabelecida entre homens e mulheres nessa ordem patriarcal sob a exploração da terra.

Assim como a ruralidade padece sob a égide do patriarcado capitalista, ela também corrobora para sustentar o domínio masculino. Nas conversas com Dona Mariana, e compreendendo seu papel de proximidade com as culturas rurais, revelou-se ter mais homens como mestre do que mulheres, e ainda aponta:

[...] a mulher lá atrás, ela não podia tocar um instrumento no salão, em público! Qual é o papel da mulher nas culturas populares e quem são as culturas populares? É uma saia bonita, fazer movimentos bonitos para enfeitar a virilidade do homem que dança, sapateia, faz o movimento viril, forte! Então, ela só, delicadamente, enfeita ou em outros casos mostra a bunda, e cuida! Ela cozinha, ela benze, ela *apara* o menino, então, é a cuidadora! Essa é *uma coisa* das expressões, desse campo das populares e tradicionais, veio o candomblé que é matriarcado, que a pouco tempo que entrou homem. Não era para entrar, mas entrou homem! *D. M., 2022, Município do Cantá*).

Certamente, na ruralidade, as mulheres permanecem sendo postas nos espaços privados, responsáveis por cuidar e alimentar, e mesmo nas culturas onde a mulher comandava, como é o caso do candomblé, religião de matriz africana, surge a figura masculina. Dona Mariana narra que observando as estruturas rurais é compreensível o arranjo patriarcal nas culturas populares rurais.

[...] nisso que eu te falo da questão da divisão sexual dos trabalhos! [...], a gente vai pela cozinha. Tu *chega* no homem, às vezes para conseguir o que tu quer, mas pela cozinha! Mas é como se a mulher não tivesse, não tem a voz ativa publicamente. *(D. M., 2022, Município do Cantá)*.

A função de articulação de Mariana a concede a posição de observância, mostrando-lhe que a mulher na ruralidade tem um papel ambíguo, de um lado elas são a ponte para acessar o homem rural, ou seja, são intermediadoras e influenciadoras nas decisões, por outro são visibilizadas, pois quem apresenta a 'palavra determinante' publicamente são eles.

Essa atribuição de observância, de Dona Mariana a posiciona, no âmbito rural, em um papel descolado da dualidade de gênero, não sendo reconhecida nem como mulher e nem como homem.

[...] sinto é, alí não tem gênero, é um ser que tá alí e que navega, compreende e se propõe, se mistura. Por isso que eu digo que eu sou escutadora de mestre. Eu me misturo de um jeito que, assim, a cada prosa com eles, eu agradeço a existência! O mestre⁵ A. foi me chamar pelo nome quase um ano depois que a gente tinha se relacionado. Ele dizia para mim, a *Mué*. Cara, isso era muito desconfortável! Ele não falava pelo nome! Era muito desconfortável porque eu sabia o porquê, porque ele não tinha confiança. Eu não sei aonde que deu o estalo, qual foi a atitude que gerou confiança, aí: _ A Dona Mariana⁶, essa é minha professora! Sim, mas o senhor é meu mestre, como é que eu vou ser a sua professora? Daí a Joana⁷: _ Se ele tá dizendo que tu é a professora dele, tu é. Pronto!”
_ Tá certo! (D. M., 2022, Município do Cantã).

A neutralidade de gênero que o ambiente rural frequentado por Dona Mariana a reconhece, a permite transitar nos espaços atribuídos às mulheres e aos homens estabelecidos pelo patriarcado, quebrando a barreira dessa dualidade de gênero. Contudo, esse atributo é incomum, pois na generalidade, as mulheres que adentram a espaços masculinos sofrem a hostilidade masculina.

Avançando nesta tese, podemos elencar uma fala de Dona Yara, que ao chegar no garimpo, inicialmente como funcionária do Governo Federal depare-se com a seguinte situação:

[...] aí, um rapaz tirou uma confiança comigo e eu não gostei, com dois dias em Tucuruí. Aí, eu fui e pedi para moça, pra senhora: “Senhora, eu quero retornar para Belém! Eu quero retornar, porque não dá pra ficar aqui!”. Porque não tinha como eu entrar para mim tomar café, para comer, que o cara sempre sentava do meu lado e com pretexto para... e eu era uma senhora! Eu estava casada! (D. Y., 2022, Município de Boa Vista).

A narrativa de Dona Yara ocorreu após retornar ao Pará, à época ela residia em Brasília, e diante da oportunidade de emprego ofertada pelo Governo Federal para ser radiofonista em uma empresa pública nos polos de exploração de minério no estado do Pará, regressa ao seu estado de origem. E assim, em um curto tempo de estadia no primeiro local designado para trabalhar, ela pede transferência pela importunação sofrida por um garimpeiro.

As mulheres nos espaços ditos/determinados masculinos estão ainda mais expostas às importunações masculinas, como se a presença destas no local fosse, por si só, a autorização para assediá-las, ou seja, como se os corpos femininos estivessem a serviços dos homens. Em muitos momentos da narrativa de dona Yara aparece essa relação de importunação masculina.

[...] Ele era um tremendo pistoleiro! Porque naquela época, o delegado era colocado pelos secretários de segurança! Aí, esse delegado chegava lá em

⁵ Refere-se ao mestre de cultura popular rural.

⁶ Neste ponto houve substituição da fala para proteção da identidade da interlocutora em consonância com o Comitê de ética.

⁷ Neste ponto houve substituição da fala para proteção da identidade da interlocutora em consonância com o Comitê de ética.

casa, ele olhava *pro* meu cabelo: _ “Ê morena! Morena, um dia, uma hora tu ainda vai cair no meu roçado!”. Eu olhava com *uma* raiva! Quando eu cheguei em Itaituba, que montei meu restaurante, me falaram que tinha um senhor, chamado Ângelo⁸, que era o que comandava Itaituba! [...] E as mulheres, se olhasse para ele e abaixasse a cabeça, podia ser a mulher que fosse, ela ia ser dele! O pessoal todo, tinha me falado isso! Então, eu tinha que encarar ele! Aí, um belo dia, ele vai no meu restaurante. Chegou lá e a menina que trabalhava comigo conhecia ele já, que já tinha visto ele! Ela falou:

_ “Olha, esse aí que é o Ângelo, Dona Yara?”

_ “É? Deixa que eu atendo ele”!

Aí eu falei: “Bom dia senhora, o que você deseja?” e fiquei olhando na cara dele, não pisquei o olho nem nada! Eu tinha 23 anos! 22 para 23! Aí, eu fiquei olhando na cara dele! Sabe? Aí, eu disse: “Olhe!”

Ele disse: _ “Eu gostei de você! Você não piscou o olho nenhuma hora”!

Eu disse: _ “Por que? Eu tô doente da vista?”. [...] Ele disse: _ “Minha filha de hoje em diante, eu sou seu pai aqui em Itaituba”!

E foi uma glória para mim! Sabe? E esse delegado, ele chegava lá jogando *pilera*! E um rapaz foi e disse: _ “Olha, ela é do Ângelo! Ela é como se fosse uma filha *pro* Ângelo”! Eu sabia que *dois bicudo* não se *beijava*, né! (D. Y., 2022, Município de Boa Vista)

Desta maneira, para Dona Yara se afirmar nesses espaços precisou, ora de condutas “masculinizadas”, nesse caso, *hostis*. Ora estabelecendo laços com homens que propiciavam certa proteção diante da posição social de dominância. No momento narrado acima, ela já era garimpeira no Pará e concomitante a essa profissão tinha um restaurante na cidade mencionada por ela.

A entrada de Dona Yara no garimpo também pode exemplificar a necessidade da mulher se reafirmar em ambientes predominantemente masculinos.

[...] e quando eu descí do garimpo, quando eu descí lá na região do garimpo, eu me achando com aquele revólver na cintura! Aí o *rapaz lá que* me entregou a arma disse: _ “Tem que deixar o pessoal achar que você *tá* armada! Que não é para tirar *graça* com você!”. Lá vem o dono da pista, que era um senhor chamado Grande¹⁰! Que era o dono da pista! Ele era o dono do garimpo! Aí: _ “Óh, dona Ana¹¹, essa menina que veio com a senhora”?

_ “É minha sobrinha”!

_ “E ela veio da onde”?

_ “Ela veio de Brasília”!

_ “Ah sim! Aí ele olhou, e eu com o revólver né? [...] Aí ele botou a mão no meu ombro; que ela falou que eu não podia deixar ninguém pegar em mim, né? *botou* a mão no meu ombro, pegou a arma e foi tentar atirar, o revólver estava duro! Não atirava! Ele saiu me levando para cantina. _ “Bora comigo!”. Eu olhava para ela e ela batia a cabeça assim óh!¹² Ele foi me levando, chegou lá ele pediu um 22, disse para mim: “Você não pode deixar a arma, a arma tem que ir no seu peito!”. Um vinte *doisim*, pequeno! “Você põe dentro do seu peito, se o cara tirar *graça* com você, você dar um tiro no pé dele! Quando se abaixar, você dar outro na cara! Tá?”. Aí, ele atirou e mandou que eu atirasse. _ “Atira!”. Primeira vez na minha vida que eu dei um tiro: “Pafh!”. A

⁸ Neste ponto houve substituição da fala para proteção da identidade da interlocutora em consonância com o Comitê de ética.

⁹ Neste ponto houve substituição da fala para proteção da identidade da interlocutora em consonância com o Comitê de ética.

¹⁰ Neste ponto houve substituição da fala para proteção da identidade da interlocutora em consonância com o Comitê de ética.

¹¹ Neste ponto houve substituição da fala para proteção da identidade da interlocutora em consonância com o Comitê de ética.

¹² Demonstra sinal de negativa com a cabeça.

minha filha, eu me tremi, né?! (rsrs) Deu vontade de fazer tudo! E aí, pronto! No outro dia, ele consertou o revólver e depois me devolveu. (D. Y., 2022, *Município de Boa Vista*).

No garimpo, Yara transforma inclusive traços de sua personalidade para conseguir se afirmar como figura de dominância, pois estava em uma posição de evidência e autoridade, porque se tornou a dona da balsa, inserida em um lugar de homens, comandando homens.

[...] eu tinha medo de todo mundo! Eu tinha! Eu não vou negar! Se eu *dizer* para você que eu não tinha medo! Eu tinha medo! Tanto é que eu dormia no meio dos *pião*! Porque a rede *dos pião* era embaixo e a minha era em cima! Eu nunca dormi em *fuscão*; que o quarto da cozinheira, do patrão, da cozinheira, chama *fuscão*, é um quarto tapado com lona. Eu nunca dormi nisso aí não! Eu dormia no meio dos *pião*, no barracão dos *pião*. A rede *dos pião* embaixo e a minha em cima! [...] Eu dormia armada! Dormia com minha arma dentro da rede! É, porque, deixa eu te falar, ouro traz usura! E hoje, eu converso, sou muito comunicativa. Quem me conhece hoje, quem me conheceu antiga diz: “ Não, essa não é a Yara de antigamente! ”, que eu não conversava dentro do garimpo. Eu era muito fechada. Eu era muito raivosa. Quem me via, assim, dizia: “Essa mulher tem o demônio com ela! ”. (D. Y., 2022, *Município de Boa Vista*).

E assim, a Dona Yara necessitou criar uma personagem dentro do garimpo para ser respeitada e, de certo modo sobreviver, de tal forma que a transformavam em uma figura demoníaca e raivosa no seu lugar de vivência. Para tanto, entende-se que o machismo autoriza o homem ser raivoso, agressivo e dominador, mas se a mulher se põe nessa condição, ela se torna abominável e bestial.

Contudo, a dimensão do patriarcado é ainda maior que a determinação do lugar que a mulher pode estar ou mesmo do modo como ela pode se portar, ele deixa marcas mais profundas em seus corpos. Em uma das entrevistas me foi revelado o seguinte depoimento:

[...] eu tive alguns problemas, em relação ao marido, que era meu primo, de tentar me violentar.

Nesse caso, opta-se por não mencionar nem mesmo o nome fictício dessa interlocutora, ante a sua revelação dolorosa de tentativa da violação do seu corpo. Portanto, o patriarcado assente toda forma de violências contra os corpos femininos, e na oralidade das interlocutoras também aparece constrangimentos no âmbito doméstico, associado a intolerância religiosa.

[...] depois que eu tive meus filhos e eu sempre falo que foi pela dor! Foi pela condição de vida, por renúncias, por aborrecimento, por uma relação de abuso, maus tratos, violência verbal que eu tinha dentro do meu casamento. E aí, foi quando eu entendi que eu tinha que cuidar mesmo da minha espiritualidade para poder eu ser eu mesma! (D. O., 2022, *Município de Boa Vista*).

Dona Oyá expressa que decidiu se consagrar como *lyálorixá* diante da sua condição ante a sua relação marital, e o pai de seus filhos não aceitava a sua espiritualidade e seus rituais.

[...] meu relacionamento afetivo com a minha vida, a minha relação espiritual!? Conflituosa! Conflituosa totalmente! Primeiro porque ele não acreditava, não respeitava e achava que tudo aquilo era coisa do diabo, mesmo sabendo que ele nunca me viu fazendo prática demoníaca, fazendo mal aos outros, nada disso! Mas ele dizia que aqueles espíritos não eram espíritos do bem, mas aí até no começo eu achava: “Meu Deus, mas por quê?”. (D. O., 2022, *Município de Boa Vista*).

Logo, não só existia em seu relacionamento uma opressão psicológica as suas práticas ancestrais, como também a reprodução do racismo, sendo a mulher, mais uma vez, atrelada ao demônio. Deste modo, Dona Oyá era polida, reprimida, posta à prova de suas próprias potencialidades, vivenciando as faces do machismo.

[...] na minha casa não podia ir ninguém! Quando as minhas entidades iam, elas, geralmente, chamavam a atenção das pessoas. *Vinha* pessoas para conversar, para tomar um banho, para tomar uma defumação. Mas ele não aceitava, ele dizia que aquilo era conversa de gente que não tem o que fazer, que era porque eu gostava era de fuxicaria, de putaria, que era gente à toa, [...]. Enfim, dava palavra de baixo calão que nem vale a pena repetir! Então, isso tudo foi culminando para gente se separar definitivamente, não teve como, né?! Até porque para os meus filhos; eles eram muito pequenos e você já imaginou criar uma criança em um ambiente onde a hostilidade era severamente praticada todo dia. Dizer que você não presta, que você não vale nada, que o que você acredita é besteira, que é associação ao demônio, entre outras coisas! Então, eu preferi sair! (D. O., 2022, *Município de Boa Vista*).

Por fim, ela resolve escrever sua própria história e se desvencilhou das amarras dessa relação, provando sua resistência a essa organização social que objetiva subalternizar as mulheres.

[...] eu tive que escolher entre eu mesma e os meus filhos para uma vida saudável! Seguir minha vida, ou ficar ali e ignorar o que eu tinha que construir comigo e com a minha espiritualidade. Então, eu preferir sair! [...] Foi uma violência emocional muito grande, mas graças a Deus superei tudo isso! (D. O., 2022, *Município de Boa Vista*).

Mas a mulher preta precisa se provar por ser mulher e por ser preta, como defende Gonzalez (2020), Dona Oyá ainda tem o fator religioso que reverbera agressões por meio da intolerância às religiões de matriz africana. Por conseguinte, em sua entrevista narra sua experiência frente ao racismo. Seu relato inicia com o seu sonho em fazer faculdade.

[...] porque eu queria isso para mim, não porque eu queria trabalhar fora! Era uma coisa minha! E aí, eu pedi dos meus guias que eles me dessem quatro anos de tempo, de disposição para eu poder estudar, que era uma coisa que eu queria muito fazer! Disseram para mim: “Você vai aguentar?”

– “Vô!”
 – “Quatro anos, né?!”
 – “Sim!”
 – “Você vai aguentar mesmo?!”
 – “Vô!”.

Só que eu achava que era aguentar quatro anos, sair daqui e ir.

– “Você tem certeza? Você vai sair de dentro da sua casa para encarar a sociedade!”

Eu lembro como se fosse hoje, seu Ita¹³ disse para mim: “Olhe-se no espelho! Todo dia se olhe no espelho! Você é de família pobre, negra, candomblecista! E para o teu currículo você ainda é mãe de santo! Então, tu tá preparada?”. E eu, olha a minha resposta: “ Eu sou *Dalanguian*, mano! Eu sou audaciosa, então, eu vou!” (D. O., 2022, *Município de Boa Vista*).

Ouso afirmar, com esse relato, que a mulher negra ainda sofre com um papel invisível atribuído a ela, a de mulher forte, que precisa aguentar essa estrutura opressora. Dona Oyá continua contanto que passou na sonhada faculdade e:

[...] eu ia de pé daqui para lá, eu ia de carona, eu de bicicleta, às vezes, eu ia de taxi! Mas eu ia, todo dia, todo dia! Quando eu fiz oito meses de curso, minha sala tinha sessenta mulheres, quinze *era evangélica*, perigosa, sabe?! Aí, começou. Como diz: *aí começou os bullyings!* (risos) (D. O., 2022, *Município de Boa Vista*).

É válido mencionar, a partir desta narrativa, que as estruturas cristãs, infelizmente, ainda demonstram ser reprodutoras do patriarcado, como se ainda estivéssemos no século XVI. Nesse sentido, Oyá continua:

[...] e tinha uma pessoa que eu tinha como uma irmã, frequentava a minha casa a muito tempo, a gente fez o vestibular juntas, ela foi a pessoa que saiu comentando para todo mundo dentro da sala de aula que eu tinha uma Casa de Santo, que eu era macumbeira, que eu fumava charuto, que era assim, assim, assim. [...] então, [...] eu ficava quieta num canto, porque ninguém queria fazer nada de trabalho em conjunto comigo, não faziam, não falavam, ficava aquele clima chato! Eu vim muitas vezes chorando dali! Teve um dia que eu vim de lá tão indignada, porque eu discuti com a menina, eu entrei no banheiro e ela estava: “Aquela macumbeira! Ela pensa que ela é o quê? Aquele demônio, aquela cultuadora do cão!”. Menina, falando um absurdo e eu perdi as estribeiras (D. O., 2022, *Município de Boa Vista*).

Dona Oyá, finalizou seu curso na faculdade, mas teve que aguentar as hostilidades sobre seu corpo negro e sua sobre sua crença.

[...] assim, para ti ver o quanto o preconceito, a discriminação e o racismo é cruel! Se a pessoa não tiver um psicológico bom, ela se ferra, ela se ferra, ela se sente um lixo, entendeu? (D. O., 2022, *Município de Boa Vista*).

Resistir às mazelas da organização patriarcal e a violência resultante dele é inerente ao cotidiano da mulher, mesmo aquelas que não têm consciência dessa hostilidade diariamente enfrentada. O patriarcado se enraizou na sociedade e aparece nas histórias da bisa de Dona Mariana:

¹³ Refere-se a entidade espiritual que guia sua casa de Candomblé.

[...] para ter uma ideia, minha *bisa*; eu tô com sessenta; minha *bisa* separou do meu avô, que era um cretino, do meu *biso*, separou! Mandou ele ir para as *cucuías*! Tu *imagina*!? Quando eu soube disso, eu: [estarecida]! *Essa velha é tudooo!*". Tu *imagina*? Com doze filhos! *Ela separou* porque ele era violento. Separou (D. M., 2022, *Município do Cantá*).

Na forma que dona Yara foi educada pelas tias:

[...] eu digo que *minhas tias preparou* nós, assim, para um casamento! Porque todas *nós sabe* costurar, pintar, bordar, fazer de tudo! Não tem uma da família nossa que sabe! " Não, essa aqui não sabe fazer isso! " (D. M., 2022, *Município de Boa Vista*).

Sendo, portanto, reproduzidas diariamente e normalizadas, então o sofrimento feminino, causados pelas violências diárias resultantes da reprodução desses ideais machistas, tornam-se o papel designado a mulher e junto a esta atribuição, resistir é mostrar sua força "natural". Contudo, essa força deve aparecer com parcimônia, respeitando sua atribuição maior, a imagem de "bela, recatada e do lar".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opressão patriarcal funda-se em terrenos estáveis, pois conseguiram se sustentar por séculos, resultando na experimentação de sua hostilidade no dia a dia da mulher. Por isso, encontramos aqui exemplos claros de violências experienciadas pelas protagonistas desta pesquisa, não importando, se estão no âmbito rural ou urbano, seus corpos são marcados pelo machismo.

Todavia, apesar dessas mulheres terem sido, na maioria dos casos, moldadas para reproduzir essa opressão, elas resistem à subjugação imposta. E assim, não permitiram serem posicionadas nos lugares desenhados para si nessa organização de dominância masculina, como por exemplo, ser a esposa, ou não está no garimpo, ou ainda, pertencer em uma religião cristã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS ESCOLAR GEOGRÁFICO DE RORAIMA. Org.; Gladis de Fátima Nunes da Silva [et al]. Boa Vista, RR: UERR Edições, 2020. 128 p.

BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da Esmesc**, Florianópolis, v. 25, n. 31, p. 239-264, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14295/revistadaesmesec.v25i31.p239>.

BOCKORNI, Beatriz Rodrigues Silva; GOMES, Almiralva Ferraz. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021

COLLING, Ana Maria. Violência contra as mulheres: herança cruel do patriarcado. **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, n. Especial, p. 171-194, 2020. Doi: 10.14295/deveEspiam10944. E-ISSN: 2358-8853.

CUNHA, Bárbara Madruga. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. **Anais da XVI Jornada de Iniciação Científica**. Vol. 1, n. 5, p. 149-170, UFP: Curitiba, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/42178699/Viol%C3%Aancia_contra_a_mulher_direito_e_patriarcado_perspectivas_de_combate_%C3%A0_viol%C3%Aancia_de_g%C3%AAnero>. Acesso em: 14 mar. 2023.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2017.

FERLA, Guilherme Baggio; ANDRADE, Rafaela Bellei. A transição do feudalismo para o capitalismo. **Synergismus Scientifica UTFPR**, Paraná: Pato Branco, v. 2, 1-3, 2007. ISSN: 1980-3699. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/issue/view/1>>. Acesso em: 12 abr. 20023.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A mulher na na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Revista fato & versões**, n. 2, v. 1, p. 3-16, 2009. ISSN 1983-1293. Disponível em: <https://www.academia.edu/3784126/A_MULHER_NO_PATRIARCADO_BRASILEIRO>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. 83 p.

GONZALES, Leília. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org.: Flávia Rios, Marcia Lima, 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 375 p.

GOOGLE EARTH Website. Disponível em: <http://earth.google.com/>, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados: Boa Vista**. 2021. Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr/boa-vista.html>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. **Agência IBGE Notícias** [online], Estatísticas Sociais: Brasil, 16 jul. 2020. Disponível: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Editora Cultrix, 2019. 481 p.

LIMA, Daniel Costa; BÜCHELE, Fátima; CLÍMACO, Danilo de Assis. Homem, gênero e violência contra a mulher. **Revista Saúde Social**, São Paulo, v.17, n.2, p.69-81, 2008.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Revista Veja [online]**, Brasil, 18 abr. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar>>. Acesso em: 18 abr. 2023.

MOTA-SANTOS, Carolina Maria; AZEVEDO, Alcinéia Parreiras de; LIMA-SOUZA, Érica. A Mulher em Tripla Jornada: Discussão Sobre a Divisão das Tarefas em Relação ao Companheiro. **Revista Gestão & Conexões - Management and Connections Journal**, Vitória (ES), v. 10, n. 2, p. 103-124, mai./ago. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47456/regec.2317-5087.2021.10.2.34558.103-121>>. Acesso em: 18 abr. 2023.

MUÑOZ, Juan José Pujadas. El método biográfico: el uso de las historias de vida en ciencias sociales. **Colecion: Cuadernos Metodológicos**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2002. 107 p.

ONU, Mulheres. **Diretrizes Nacionais feminicídio**: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília: Distrito Federal, 2016. 127 p. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio_FINAL.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. OMS: uma em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência. **Nações Unidas Brasil [online]**, Brasil, 10 mar. 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/115652-oms-uma-em-cada-3-mulheres-em-todo-o-mundo-sofre-viol%C3%Aancia>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA. Mapa Cartográfico. Base cartográfica municipal. **Levantamento topográfico planimétrico cadastral da cidade de Boa Vista-RR**: planta geral do município de Boa Vista. Roraima: Boa Vista, 2020. Disponível em: <https://boavista.rr.gov.br/storage/paginas/mapa-cartografico/BASE_GERAL_2020.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013. 277 p.

RIBEIRO, Cristiane de Paula. As implicações do patriarcado na história das mulheres: apontamentos históricos. **Revista Gênero**, Niterói, v. 22, n. 1, p. 1-8, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/47979>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

ROMFELD, Victor Sugamoto. As raízes do patriarcado: contribuições teóricas sobre a violência contra as mulheres no Brasil. **Captura Crítica: direito, política, atualidade**, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 215–229, 2016. Disponível em: <<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacritica/article/view/3095>>. Acesso em: 11 jan. 2023.

RORAIMA. **Lei complementar nº 229, de 09 de dezembro de 2014**. In: Diário Oficial . Boa Vista, n. 26, ed. 2421, p. 06, c. 02, 09. Dezembro. 2014. Disponível em: <<http://www.tjrr.jus.br/legislacao/index.php/leis-complementares/120-leiscomplementares-2014/1230-lei-complementar-n-229-de-09-de-dezembro-de-2014>> . Acesso em: 07 dez. 2021.

RORAIMA. **Lei complementar nº 229, de 09 de dezembro de 2014**. In: Diário Oficial . Boa Vista, n. 26, ed. 2421, p. 06, c. 02, 09. Dezembro. 2014. Disponível em: <<http://www.tjrr.jus.br/legislacao/index.php/leis-complementares/120-leiscomplementares-2014/1230-lei-complementar-n-229-de-09-de-dezembro-de-2014>> . Acesso em: 07 dez. 2021.

SILVA, Adson Manoel Bulhões da; OLIVEIRA, Sofia Maria de Oliveira e. A representação da alma feminina no imaginário dos povos da amazônia. **SOMANLU - Revista de Estudos Amazônicos**. UFAM: Manaus, AM , v. 2, n. 2, p. 37-59, jul./dez. 2022. ISSN (impresso): 1518-4765.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Monica de. **O que é violência contra a mulher**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002. 62 p.

TUAN, Yi-fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. (Tradução de Livia de Oliveira). Londrina: Eduel, 2012. ISBN: 978-7216-627-0.

VINUTO, Juliana. **Amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa**: um debate em aberto. Temáticas, Campinas, n. 22, ago./dez. 2014. 203-220 p.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e método. Tradução de Christian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 290 p.